



DOSSIÊ: BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O nacionalismo antilusitano e o Centenário da Independência nas páginas da revista *Gil Blas* (1919-1922)

Anti-Portuguese nationalism and the Centennial of Independence in the pages of Gil Blas Magazine (1919-1922)

El nacionalismo antiportugués y el Centenario de la Independencia en las páginas de la Revista Gil Blas (1919-1922)

Carlos Gustavo**Nóbrega de Jesus¹**orcid.org/0000-0002-1377-8829cnobregadejesus@yahoo.com.br**Recebido em:** 17 out. 2021.**Aprovado em:** 24 abr. 2022.**Publicado em:** 28 out. 2022.

Resumo: O texto é resultado da pesquisa a respeito do nacionalismo antilusitano divulgado pela revista *Gil Blas* às vésperas do Centenário da Independência (1919-1922). O intuito é posicionar tal postura no contexto da época, apresentar sua relação com a efeméride, com as esferas do poder e pensar o papel do semanário como porta voz de tal iniciativa nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chaves: Antilusitanismo. Nacionalismo. Xenofobia. Centenário da Independência.

Abstract: The text is the result of research on anti-Portuguese nationalism published by Revista *Gil Blas* on the eve of the Centenary of Independence (1921-1922). The aim is to position this stance in the context of the time, present its relationship with the ephemeris, with the spheres of power and think about the role of the weekly as a spokesperson for such an initiative in the first decades of the 20th century.

Keywords: Antilusitanism. Nationalism. Xenophobia. Independence Centenary.

Resumen: El texto es el resultado de una investigación sobre el nacionalismo antiportugués publicada por la Revista *Gil Blas* en vísperas del Centenario de la Independencia (1921-1922). El objetivo es situar esta postura en el contexto de la época, presentar su relación con las efemérides, con las esferas de poder y pensar el papel del semanario como vocero de tal iniciativa en las primeras décadas del siglo XX.

Palabras clave: Antilusitanismo. Nacionalismo. Xenofobia. Centenario de la Independencia.

A revista *Gil Blas* e o nacionalismo de seu tempo

O objetivo do artigo é apresentar os resultados da investigação acerca do aprofundamento da postura antilusitana na revista *Gil Blas* (1919-1923) às vésperas das comemorações do Centenário da Independência do Brasil. A tese levantada na pesquisa é que o discurso antilusitano divulgado pela revista *Gil Blas* teve uma ligação profunda com um nacionalismo de tom nativista que ganhou concretude com as comemorações da efeméride e o apoio das esferas do poder da época, o que fez do semanário o principal porta voz do que definimos como o "nacionalismo antilusitano",



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade de Coimbra (UC), Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX (CEIS-20), Coimbra, Portugal.

posicionamento xenófobo, nativista, de crítica à colonização portuguesa e que responsabilizava os imigrantes lusitanos pelos supostos males do Brasil. A pesquisa que teve início em 2020 é a continuação de uma primeira investigação empírica feita com vistas a sistematizar e analisar os duzentos números da revista ao longo de sua existência (JESUS, 2013).

Gil Blas surgiu em fevereiro de 1919, em meio à sucessão presidencial e envolta em um contexto histórico marcado pelo crescimento do ideal nacionalista, resultado não só do momento de avaliações e balanços advindos das comemorações dos 100 anos da independência política do Brasil, mas também, de uma conjuntura internacional, cuja necessidade de forjar uma nação capaz de responder aos desafios do seu tempo, era consoante com o panorama mundial, marcado pelas disputas entre as grandes potências europeias. Entretanto, não havia acordo quando se tratava de identificar e propor soluções para os males e problemas do país: as respostas divergiam e os caminhos propostos seguiam rotas distintas em função dos interlocutores e seus lugares sociais, o que deu a base para o surgimento de grupos e propostas nacionalistas criadas com propósitos específicos de seu tempo.

Não se pode esquecer que o termo nacionalismo não comporta um sentido único. Benedict Anderson (1989, p. 20) conceituou a nação como uma "comunidade imaginada", pelo fato de ser forjada e, pelo menos aparentemente, organizada a partir de interesses comuns, em um processo nem sempre consciente. Tal assertiva evoca o que Eric Hobsbawm (1984, p. 15) denominou de "tradições inventadas", ou seja, a produção de um passado que reivindica símbolos, valores, bandeiras e hinos, em uma legitimação que se faz a partir da história, relida e rearranjada de acordo com as necessidades do momento. Tais considerações possibilitam perceber que, pela sua própria natureza, o nacionalismo pode ser entendido como uma apropriação histórica e cultural de valores e tradições, influenciadas por diferentes tendências do espectro político. Isso explica seu caráter abrangente e ambíguo,

passível de diferentes assimilações, o que fica patente, aliás, com a pesquisa da revista *Gil Blas*, pois um dos objetivos da publicação era propor modelos e soluções diferenciadas para a nação (JESUS, 2013).

Ao posicionar a publicação no amplo universo das revistas daquele momento pode-se dizer que *Gil Blas* surgiu em meio a um processo de modernização de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, o que contribuiu para o processo de renovação da imprensa e para a diversidade de jornais e revistas. No Rio de Janeiro da década de 1920, onde o semanário era publicado, circulavam mais de oitocentos periódicos, indício do sensível crescimento do público leitor na época, aumento registrado no censo daquele momento, o que apontava para um aumento da população alfabetizada e o caráter cada vez mais segmentado do mercado letrado (BARBOSA, 2007, p.58-59).

Tal realidade contribuiu para que surgissem publicações voltadas para públicos específicos: revistas agrícolas, étnicas, operárias, masculinas, femininas, infantis e de esporte. Esse amplo universo de periódicos do começo do século XX comportou, ainda, revistas comprometidas com ideários políticos, campo no qual se encaixa *Gil Blas*. Nesse panorama, junto às publicações operárias, em geral efêmeras e vítimas de repressão policial (como por exemplo *A Vida*, 1914-1915, dirigida por José Oiticica e a *Clarté* 1920-1922, fundada por Nicanor Nascimento e por intelectuais da Liga Socialista), destacaram-se àquelas que propunham soluções para supostos males da nação.

A *Revista do Brasil*, na sua primeira fase (SP/1916-1925) foi uma delas. Fundada por Júlio Mesquita, proprietário do jornal o *Estado de S. Paulo* e adquirida, posteriormente, por Monteiro Lobato, tornou-se "paradigma de revista cultural, dedicada a discutir questões nacionais e que procurava identificar os males do país e propor soluções" (LUCA, 1999, p. 42). Também em São Paulo, surgiu em 1917, *Panóplia: Mensário de Arte, Ciências e Literatura*, revista nacionalista e literária, dirigida por Pedreira Duprat e Cassiano Ricardo. Apresentava-se como uma revista de arte

e apolítica, mesmo que a questão nacional não tenha ficado ausente em suas páginas (MARTINS, 2001, p. 541-542).

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, a questão do lugar reservado ao país, em uma conjuntura marcada pelo imperialismo e pelas disputas entre as grandes potências europeias, ganhou urgência. Havia mesmo o temor pela perda do território, que se apresentava como uma possibilidade efetiva. Não por acaso, surgiram movimentos como a *Liga de Defesa Nacional*, fundada no Rio de Janeiro, em 1916, e a *Liga Nacionalista*, criada em São Paulo no ano seguinte. Com isso, não é demais afirmar que tal preocupação tomou conta da imprensa na época, a ponto de Nicolau Sevckenko (2003, p. 127-128) afirmar que: "a campanha nacionalista praticamente se concentrou em toda a imprensa" no Brasil. Foi nesse momento que ganhou força uma leitura nacionalista autoritária, xenofóbica e antiliberal:

[...] é correto afirmar que (os adeptos do pensamento autoritário da época) eram nacionalistas, seja pela inocuidade desta caracterização, seja porque, com efeito, a atmosfera do início do século é fortemente carregada de ressentimentos contra o colonialismo predatório e de temor face ao expansionismo das grandes potências (LAMOUNIER, 1977, p. 356).

Segundo Lucia Lippi Oliveira (1990, p. 146) a crítica ao estrangeirismo, liberalismo e fatores desagregadores da sociedade brasileira era a cantilena repetida por esses intelectuais que compunham o grupo de nacionalistas autori-

tários e conservadores, já que julgavam que os problemas nacionais provinham do artificialismo das instituições liberais, que deveriam ser substituídas "por uma autêntica ideologia nacional". Para ela, esse modelo concretizou-se nos anos 1920, a partir de um nacionalismo militante, herdeiro dos movimentos republicanos do final do século XIX, que tinham como base o antilusitanismo (OLIVEIRA, 1990, p. 174).

Expressão de vanguarda dessa postura foi o mensário *Braziléa*, publicada no Rio de Janeiro, em sua primeira fase, entre 1917 e 1918, por Álvaro Bomilcar, com apoio de Jackson Figueiredo e Arnaldo Damasceno Vieira. Nela defendia-se a nacionalização das instituições brasileiras e combatia-se o elemento estrangeiro, principalmente o português.²

Na sequência, com proposta semelhante e dirigida por Alcebiades Delamare e apoio de Álvaro Bomilcar, começou a circular em 1919 a revista *Gil Blas*. Ao longo de sua trajetória a publicação atravessou várias fases, manifestas na alteração de seu subtítulo, materialidade, objetivos e colaboradores, ao sabor de interesses diversos (JESUS, 2013, p. 240-5). É difícil precisar quem foi o efetivo proprietário e fundador de *Gil Blas*, mas, do primeiro ao último número Alcebiades Delamare foi o diretor responsável e redator chefe da revista, ou seja, aquele nome que esteve sempre à frente da publicação, durante todos os anos de sua circulação.³

Método de abordagem

² REDAÇÃO. O nosso programa. *Braziléa*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 1-2, jan. 1917. Conferir a série: AMÉLIO, Félix. A nacionalização do comércio. *Braziléa*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p.72-73, fev. 1917; AMÉLIO, Félix. A nacionalização do comércio. *Braziléa*, Rio de Janeiro, ano I, n. 6, p.255-261, jun. 1917 e Defesa Nacional. *Braziléa*, Rio de Janeiro, ano I, n. 10, out.1917, p. 474-475. Conferir: A EMANCIPAÇÃO do Brasil. *Braziléa*, Rio de Janeiro, ano I, n. 6, p. 237-241, jun. 1917; VARIEDADES. *Braziléa*, Rio de Janeiro, ano I, n. 6, p. 357-366, jun. 1917; PELO Brasil. *Braziléa*, Rio de Janeiro, ano II, n. 13, p. 3-4, jan. 1918.

³ Alcebiades Delamare Nogueira da Gama nasceu em São Paulo, em 1888, e morreu no Rio de Janeiro, em 1951. Filho do professor Lamartine Delamare Nogueira da Gama, fundador do prestigiado Ginásio Nogueira da Gama, em 1910 foi Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1914 casou-se com Marina Queirós Aranha, filha do jurista e cafeicultor José Queirós Aranha. Doutorou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1917 e foi nomeado o primeiro promotor público da capital paulista, fazendo carreira na área. Em 1919, tornou-se professor de Direito Administrativo da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, cidade na qual se projetou com um renomado escritório de advocacia. Em 1909, lançou seu primeiro livro, *Primeiros ensaios*, no qual analisou obras do poeta Augusto Franco e de Sílvio Romero. Em 1917, Delamare publicou a tese que apresentou na Universidade de Direito no Rio de Janeiro; denominada, *Economia, Política, Direito Administrativo e Finanças*. Entre 1918 e 1920, publicou *Epanaphoras Sociais*. A obra dividida em três volumes consistia na tese apresentada no concurso para professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1923, publicou *Momentos Nacionalistas*, coletânea de discursos de Epitácio Pessoa e textos em defesa de sua administração governamental. Em 1921, disputou a eleição para Intendente do Conselho de Intendência da Capital Federal pelo 1º Distrito do Rio de Janeiro, mas foi vencido por Nicanor Carvalho. Nesse mesmo ano foi nomeado, por Decreto do Presidente Epitácio Pessoa, Fiscal dos Bancos do Rio de Janeiro e foi promovido, no ano seguinte, a Subinspetor Geral de Bancos (Cf. COUTINHO; SOUZA, 2001, p. 583; MENEZES, 1969, p. 297).

Para analisar o nacionalismo antilusitano divulgado pela revista *Gil Blas* foi necessário tomá-la como fonte e objeto de pesquisa, levou-se em conta as práticas historiográficas voltadas aos periódicos, prática que ganhou espaço nos anos 1980 e que hoje conta com fortuna crítica vasta. Naquele momento as fontes ligadas à imprensa deixaram de ser coadjuvantes para preponderar enquanto objeto de pesquisas acadêmicas.⁴ Com isso, jornais, revistas e almanaques, utilizados como documentos históricos e fontes principais da pesquisa, foram submetidos à análise e deixaram de ser tomados como portadores imparciais da realidade e do acontecimento, em um registro próximo ao positivismo. Como ocorre com qualquer outra fonte histórica, os periódicos passaram ser vistos como portadores de uma realidade que, por sua vez, está atravessada por interesses dos mais diversos níveis e pelos valores de seu tempo, o que exige tratamento crítico e rigoroso. Sua localização no contexto histórico e social é pré-requisito para compreender não só os objetivos editoriais da publicação, mas também as práticas culturais e sociais de seus colaboradores (LUCA, 2006, p. 142). Por isso, deve-se levar em conta que as revistas podem ser vistas como espaço de fermentação cultural e de agregação em torno dos quais se compartilham posturas políticas, ideológicas e/ou culturais. Assim, a partir da investigação das revistas é possível evidenciar a disseminação não só de ideias comuns, mas também a trajetória delas ao longo do tempo e de seus colaboradores (SIRINELLI, 1996, p. 248-50). Por isso, Clara Rocha (1985, p. 34-5) afirma que revistas são:

[...] um lugar de afirmação dum grupo- que pode constituir-se como geração, tendência ou mesmo vanguarda, mas não forçosamente. Isto é: como lugar de encontro de espíritos criadores mais significativos de um momento [...]; ou então daqueles que ainda desconhecidos do grande público, pretendem lançar-se no meio literário através dum órgão coletivo.¹⁰

Neste sentido, merece destaque, também, o trabalho de Ângela de Castro Gomes (1999, p. 20),

que se valeu de duas revistas, *Lanterna Verde* e *Festa*, para analisar grupos intelectuais cariocas dos anos 1920 e 1940. Segundo a autora:

[...] se os espaços de sociabilidade são "geográficos", são também "afetivos", neles se podendo e devendo captar não só vínculos de amizade/cumplicidade e competição/hostilidade, como igualmente a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades e grupos especiais. Trata-se de pensar em uma espécie de "ecossistema", onde amores, ódios, projetos ideais e ilusões se chocam, fazendo parte da organização da vida relacional.

Tal método de análise dialoga com o conceito de cultura política, situado na intersecção entre a história política renovada e os estudos culturais, cada vez mais numerosos e fecundos (RÉMOND, 1996, p. 22-24). De acordo com Jean-François Sirinelli (1998, p. 350), a cultura política deve ser entendida como "uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política". Para Berstein (1998, p. 362-363), intelectuais compartilham e difundem culturas políticas nos seus espaços de sociabilidade como revistas, bares, cafés e partidos políticos, o que possibilita entendê-los a partir do estudo desses locais onde são compartilhados o que chamam de tradição política referida, ou seja, um conjunto acompanhado de seus códigos, símbolos e crenças que agregam um grupo em um mesmo espaço.

A partir de tal propósito tratou-se de posicionar *Gil Blas* na história da imprensa, situando-a no amplo painel de publicações do começo do século XX e apresentando as diversas alterações que conheceu ao longo do tempo. Com tal exercício sincrônico pode-se evidenciar que, diferentemente do que fizera a historiografia até o momento, o periódico não poderia ser estigmatizado segundo um único viés, pois teve várias fases e dialogou com diferentes posturas políticas e ideológicas, inclusive difundindo várias alternativas e propostas nacionalistas. (JESUS, 2013).

Na atual pesquisa o objetivo foi se aprofun-

⁴ Um dos estudos pioneiros nesse sentido foi o *Bravo Matutino* (1980), de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Coelho Prado, no qual analisaram o jornal *Estado de S. Paulo* como fonte e objeto, evidenciando-se a importância dessa nova forma de abordagem.

dar no estudo do nacionalismo marcadamente antilusitano que se mostrou presente desde o momento fundador do periódico. No entanto, a partir dessa análise panorâmica se pôde notar que tal posicionamento ganhou força a partir das comemorações do Centenário da Independência, buscando refletir posturas outras, além das de seu Diretor e do grupo que conduzia a revista.⁵

O Antilusitanismo no Brasil: historicização e definição

Para se entender o nacionalismo lusófono divulgado por *Gil Blas* fez-se necessário um trabalho de historicização do antilusitanismo no Brasil. Tal estudo nos permitiu enxergar que tal prática esteve permeada de ambiguidades desde a primeira Constituição brasileira (1824). Por meio dela foi imposto "o entendimento de que os portugueses domiciliados no Brasil, na data da Independência, eram nacionais e atribuiu-lhes cidadania originária". (MENDES, 2010, p.13). Assim, já nos primeiros anos do Brasil como um Estado Nação independente, a imagem do ex-colonizador traduziu-se em privilégios, inclusive jurídicos e políticos, que os distinguiram de outros estrangeiros na "retórica de parentesco (filial, fraternal), ressaltando supostos laços de família e de sangue" (MENDES, 2010, p. 17).

Por outro lado, de forma aparentemente contraditória foi, também, após 1822, que a imagem do português repercutiu de forma negativa dentre as várias propostas de se cunhar a identidade nacional, apoiando estratégias de discurso com vistas a cunhar a diferenciação do brasileiro a do português, ainda estigmatizado pelo viés do colonizador. Tal postura fez parte da urgência, naquele contexto pós-colonial, de fazer com que a recém criada nação deixasse de ser uma "comunidade imaginada".

Um marco nesse sentido foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, cuja missão justamente era criar uma identidade para a "nova" nação. Nesse momento começou a ser moldado um discurso simplista, baseado em explicações conservadoras e deterministas, de que a ideia de Brasil e de ser brasileiro remetia-se à época da América Portuguesa, anacronismo que ficou ainda mais claro quando tal período passou a ser denominado de Brasil Colonial.

João Paulo Garrido Pimenta (2003, p. 61-69) esclarece que tal narrativa encontrava, teleologicamente, seu fim na Independência, em 1822, a partir de uma leitura ao avesso. Esse seria um discurso cunhado a fim de adequar um projeto de nação, dentre vários, que começaram a ser propostos no final do século XVIII.⁶ À essa tentativa somaram-se inúmeras outras propostas que tinham em comum o intuito de buscar as origens do "povo brasileiro". Era como se na colônia já houvesse uma linha identitária paralela em relação ao cidadão português, mostrando-se como uma consciência de nação ainda não existente, mas já imaginada, tentando, com essa operação, apagar a ideia de que:

[...] durante três séculos, o componente fundamental desse substrato identitário foi a identificação da grande comunidade integrada por todos os súditos do mesmo rei (de Portugal), gravitando em torno de sua imagem, da dinastia e da sede da monarquia, portadores – ao menos oficialmente – da religião católica. Estivessem onde estivessem, independentemente de relações horizontais e verticais recíprocas, todos eles formavam aquilo que, à própria época, era costume se designar por nação portuguesa (PIMENTA, 2003, p. 69).

O próprio processo de Independência não partiu do interesse de se romper com tal ideia, mas ela se tornou o ponto a ser alcançado na

⁵ Desde as primeiras décadas do século XX o diretor da revista Alcebiades Delamare teve atuação ativa em movimentos de cunho nacionalista e católico, em 1922 esteve entre os sócios fundadores do Centro Dom Vital e exerceu, a partir daí, uma forte militância católica. Na década de 1930 esteve ligado também a outros movimentos como a Ação Imperial Patrimonista e Ação Integralista Brasileira, da qual atuou como advogado e procurador. Nos anos 1940, fez parte do Diretório Nacional do Partido de Representação Popular (PRP), fundado por Plínio Salgado, que reagrupou os ex-integrantes do Integralismo. O fato de ter sido envolvido com tais movimentos tradicionalistas e nacionalistas contribuiu para que *Gil Blas* ficasse notabilizada por boa parte da historiografia por ser um periódico conservador e nacionalista (Cf. VELLOSO, 1978; OLIVEIRA, 1990, p. 145; MOTTA, 1992; BEIRD, 1999; TRINDADE, 2001; DEUSTCH, 1999).

⁶ Essa busca por um momento ou mito fundador da nação deve-se à "obsessão" dos homens que estudam o passado pelas origens, iniciativa criticada por Marc Bloch (2001, p. 56-57) por ser uma tentativa frustrada de buscar "um começo que explica, ou pior, que basta para explicar".

construção de uma nação após de confirmada a Independência. Mesmo para aqueles que viam a colonização portuguesa como benéfica para a construção da identidade brasileira não havia dúvidas que desde a colônia se desenhava uma nítida linha que iria separar o português do brasileiro. No entanto, para dar sentido a essa chave de leitura, além buscar um distanciamento das origens portuguesas do Brasil (como se isso fosse possível), houve a necessidade de encaixá-lo como um inimigo externo para a formação de um futuro país, igualando-os à definição de "estrangeiros". Assim, o cidadão português, ao mesmo tempo era visto como um mal para nação e um elemento central para o início de uma política de embranquecimento do país, ou seja, como se propagava na época, para a "vinda de gente branca e industriosa" (CERVO, 2000, p. 110):

Os ataques aos portugueses combinavam-se, contraditoriamente, com certas decisões políticas e com a tomada de medidas legais que viriam directamente favorecê-los [...] ao mesmo tempo que obtiveram no país exclusivo favorecimento institucional, outorgado em directrizes políticas e na letra das leis [...] constituíram uma das correntes estrangeiras que mais vivenciou ataques e hostilidades por motivações nacionais (MENDES, 2010, p. 26, 277).

Enxergar tal contradição é essencial para entender não só a relação entre portugueses e brasileiros no Brasil pós-Independência, mas também, compreender a definição do nacionalismo antilusitano proposto décadas mais tarde pelo grupo de *Gil Blas*. Por isso, a historicização da lusofobia nos anos iniciais do Brasil Imperial é imprescindível, pois foi em tal contexto que se deu a criação de um estereótipo que se alastrou para o futuro e que, por sua vez, foi vital para que grupos nacionalistas nativistas e lusóforos pensassem em construir um modelo de nação conceituado a partir da negação, ou seja, partindo-se da ideia daquilo que o Brasil não poderia ser, ou seja, um Estado de cidadãos portugueses. Situação delicada, pois a definição de uma identidade é produto de uma elaboração, fruto de um longo período de negociações e que não se muda espontaneamente, de uma hora para outra. Por isso, o argumento de tal negação não

ocorreu de forma branda e processual, aconteceu de forma abrupta, baseado em conotações violentas, catalisadas por um ambiente marcado pela diferenciação social de uma economia escravocrata.

A adoção de tal prática embasada na diferenciação pode ser notada nos discursos dos membros da Assembleia Constituinte de 1823, quando a questão da cidadania suscitou controvérsias entre os parlamentares, pois, para estabelecer os requisitos necessários para ser brasileiro, foi preciso distinguir o cidadão nacional dos estrangeiros presentes naquele momento no País, o que documentou os primeiros indícios de manifestações antilusitanas no Brasil (VIEIRA, 2006, p. 87-88). Tal discurso refletia uma necessidade de contestação que estava além do intuito de criar "uma identidade jurídico-política" para o "brasileiro", e, conseqüentemente, também para o estrangeiro, principalmente para o português. Antes, demonstrava a relação existente entre a construção da cidadania brasileira e o antilusitanismo.

É importante esclarecer que tal postura xenófoba entra nessa construção diretamente ligada às disputas pelo poder, simbolizadas por conflitos que "envolviam projetos socioeconômicos e uma acirrada concorrência pelos empregos públicos, especialmente por cargos representativos, os quais conferiam distinção e uma possibilidade efetiva de intervenção nas diretrizes do Estado em construção" (VIEIRA, 2006, p. 89). Evidência que tal iniciativa "não ficou restrita à classe dirigente do país" (VIEIRA, 2006, p. 90) e espalhou-se para as camadas populares, em reivindicação à ampliação de seus direitos civis e acesso ao mercado de trabalho (RIBEIRO, 2002, p. 249).

Mas, como já se viu, contraditoriamente, tal narrativa antilusitana não teve tamanha repercussão na esfera jurídica e política, já que a Constituição de 1824 considerou brasileiros aqueles nascidos em Portugal e suas possessões desde que domiciliados nas províncias brasileiras na época em que se proclamou a Independência. Situação que se refletiu, também, na historiografia oficial da época, pois nos primeiros trabalhos realiza-

dos para o IHGB como as obras: *Como se deve escrever a História do Brasil* (1840) e em *História Geral do Brasil* (1854), de Von Martius e Varnhagen respectivamente, é evidenciada a contribuição positiva dos portugueses na construção da identidade brasileira.

Tudo isso nos permite afirmar que o antilusitanismo não foi assumido oficialmente, muito menos pensado e elaborado sistematicamente, pelo contrário, ele nasceu em meio a um contexto dialético de aceitação e repulsa da imagem do ex-colonizador. Situação alimentada pela necessidade de criar uma identidade nacional diante de uma caótica realidade social pós-independência. Desta forma, deve-se concordar com Gladys Sabina Ribeiro (1996, p. 16) que, o "ser brasileiro" foi se constituindo como uma oposição à do que era o ser português".

A narrativa teleológica atribuída à Independência, mascarou toda essa complexidade que esteve intimamente ligada à necessidade de construção da identidade nacional e a reduzindo a uma narrativa simplista e reducionista das relações sociais na América Portuguesa, que opunha o conceito do português colonizador e explorador ao do brasileiro explorado. Tal posicionamento excludente ganhou força anos mais tarde a partir do "domínio ferrenho das praças de comércio e especulações imobiliárias por portugueses que chegavam ao Brasil" (MACHADO, 2018, p. 126), aplicando seus ganhos conquistados com o tráfico de escravos em outras esferas econômicas efervescentes naquele momento, devido ao plano de modernização da então Capital Federal. Tais situações levaram à identificação do elemento luso à extorsão de alugueis na cidade (MACHADO, 2018, p. 128), mas Gladys Sabina Ribeiro (1996, p. 57-62) pondera que tais afirmações, demasiadamente taxativas, são herdeiras de uma historiografia que reduzia a diferença entre brasileiros e portugueses, naquele momento, como produto de "medidas recolonizadoras das Cortes", o que gerou uma tensão entre colonizados e colonizadores no contexto da crise do Antigo Regime, que contrapunha Colônia versus Metrópole.

Com isso, pode-se dizer que tais conceituações necessitam de um olhar processual e historicizante, pois antes de serem frutos de eventos pontuais como Independência e Crise do Sistema Colonial, (os temas mais recorrentes utilizados pela historiografia), foram produtos de inflexões advindas de inúmeras variáveis próprias de seu tempo, por isso não podemos reduzi-las a um mero confronto de nacionalidades ou apenas uma situação intrínseca ao processo de desmembramento territorial do Império Português. Antes, principalmente, o antilusitanismo no Brasil Imperial não deve ser pensado sem levar em conta as tensões "profundas, relacionadas ao mercado de trabalho, às questões étnicas e raciais e à obtenção da liberdade, exercida como autonomia plena em diferentes espaços" (RIBEIRO, 1996, p. 37)..

Tal sentimento lusófono prosseguiu em direção à República, adaptando-se às questões específicas daquele momento. Da mesma forma que o período logo após a Independência, a Primeira República (1889-1930) compartilhou da obsessão pela construção de um modelo para nação. Mas, nesse momento, tal discurso compôs a proposta política de Estado a fim de forjar a identidade nacional a partir de símbolos e narrativas que ajudavam a legitimar o novo regime político (CARVALHO, 1990).

Os indícios de relação da política de Estado com o antilusitanismo apareceram já no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), quando a crítica ao elemento português se confundiu com o repúdio aos monarquistas e era, constantemente, relacionada ao radicalismo dos que trabalhavam pela consolidação do novo regime. Mas, tais manifestações, denominadas de jacobinismo, ganharam contornos mais claros no governo de Floriano Peixoto (1891-1893), com forte orientação nacionalista. Soma-se, ainda, a Revolta da Armada (1893) que acentuou o caráter antilusitano de certos setores, uma vez que a repressão foi justificada frente aos supostos objetivos monárquicos do motim, que teria contado

com o apoio de Portugal.⁷

A partir de então, o português representado pelo jacobinismo passou a ser visto, também como um possível agente desarticulador do regime republicano. Mas, ao analisar a fundo o movimento, Nicolau Sevcenko apontou que a iniciativa ia além de tal questão, pois, para ele, no final do século XIX, o jacobinismo figurava como uma alternativa agregadora das reivindicações das classes populares na então Capital Federal:

[...] a corrente do jacobinismo seria um dos grandes catalisadores do mal estar geral disseminado na população carioca. Sua plataforma de arregimentação e combate quase que se resumia toda no seu princípio basilar: o xenofobismo e muito particularmente a lusofobia. Nascido no estado de sitio, da censura e das perseguições indiscriminadas e obscurantistas desencadeadas por Floriano desde o início da Revolta de 1893, reuniu todo gênero de insatisfeitos, aventureiros, oportunistas, particularmente os funcionários públicos dos escalões inferiores, soldados, cadetes, jornalistas da imprensa marrom e grupos populares difusos [...]. As suas preocupações obsessivas eram desalojar os portugueses enquistados na administração pública com a "grande naturalização" do governo provisório, acabar com o virtual monopólio português sobre o comércio a varejo e sobre a locação de imóveis e, ato final, romper relações com Portugal e acabar com a torrente imigratória lusitana que se avolumava na sociedade do Rio, absorvendo grande parte dos empregos e boas oportunidades.

Em meio a esse período socialmente tumultuado, a imigração portuguesa crescera desmesuradamente e tornava o delírio da ameaça aos trabalhadores do Rio de Janeiro cada vez mais real, pois segundo Gladys Sabina Ribeiro (1990, p. 9) os portugueses, que vinham "fazer a América", sujeitavam-se às condições não aceitas pelos brasileiros e diferentemente de parcelas significativas da população fluminense, prosperavam economicamente e socialmente, adquirindo imóveis e centros comerciais, "o que gerava os ressentimentos que foram o ponto de partida para a construção do estereótipo do português

explorador e responsável pelos males da população do Rio de Janeiro".⁸

Além disso, a grande participação dos imigrantes, dentre eles os portugueses nos movimentos trabalhistas ligados ao anarquismo, comunismo ou apenas às reivindicações por melhores condições de trabalho, fez que tais estigmas passassem a ser compartilhados dentro das esferas do poder, principalmente no Rio de Janeiro. Pelo fato de os portugueses liderarem o número de imigrantes no Brasil era natural que estivessem, também, em maior número em tais manifestações, no entanto a consolidação da imagem de elemento desagregador da República fez com que se tornassem os principais responsabilizados por tais reivindicações. Algo muito delicado, pois o Governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) detinha em sua plataforma política a proposta de cercar os movimentos trabalhistas apontados como uma das principais causas da instabilidade da ordem no regime republicano (JESUS, 2013, p. 73). Por isso, não foi à toa que o antilusitanismo no Brasil atingisse auge durante o seu governo, quando a violência ganhou as ruas da então Capital Federal, com confrontos entre nacionalistas nativistas e portugueses. Além disso, tal perseguição ganhou ares de oficialidade quando portugueses passaram a se tornar alvo da polícia, que amparada no discurso de envolvimento dos imigrantes com os movimentos trabalhistas ou exploração de aluguéis e no comércio, utilizou de grande repressão e violência.

É justo afirmar que naquele momento as hostilidades aos portugueses ganharam, como nunca tinha acontecido, contornos ainda mais violentos e politizados. Por outro lado, foi nesse governo que, em 1922, devido aos festejos do Centenário da Independência, pela primeira vez, o Brasil recebeu a visita de um chefe de Estado de Portugal – o Presidente da República António José da Silva. Na ocasião Epitácio Pessoa assinou com o

⁷ Há várias explicações para o termo na historiografia, segundo Lucia Lippi Oliveira (1990, p. 92) o conceito jacobinismo no Brasil foi atribuído a um projeto de República que se contrapôs à proposta dos cafeicultores e que se distinguiu pelo militarismo, nacionalismo e posicionamento antioligárquico; Jeffrey Needell (1933, p. 32-33) afirma que os jacobinos foram a "tropa de choque" do Governo de Floriano, que se via ameaçado por rebeliões monarquistas; Sueli Robles (1986, p. 17-80) confirma que este posicionamento ganhou contornos mais claros ao ser legitimado como base ideológica do governo de Floriano, posicionamento semelhante a de Eulália Lobo (2002, p. 27).

⁸ Segundo Gladys Ribeiro (1990, p. 9) "entre 1884 e 1930 entraram quatro vezes mais portugueses que entre 1820 e 1883."

representante três tratados binacionais sobre imigração, trabalho, dupla nacionalidade, dispensa do serviço militar e propriedade literária. Mesmo só tendo prosperado o último acordo, nota-se que ao mesmo tempo que crescia a violência, a perseguição e atos estatais a fim de limitar as iniciativas lusas em solo brasileiro, aproveitou-se da principal efeméride daquele momento para estreitar os laços com Portugal.⁹

Assim, preservando um estigma de contradições acerca da interpretação da presença lusitana no Brasil e a importância de Portugal na cultura e política brasileira, as comemorações do Centenário da Independência foram uma oportunidade de estreitar laços diplomáticos com o Estado português, mas, por outro lado, os festejos contribuíram, ainda mais, para a crítica à presença do elemento português em solo brasileiro.

A explicação plausível para suposta ambiguidade é que naquele momento, a política nacional começou a dar indícios de desgaste, fruto das dificuldades atravessadas pela produção cafeeira e pelo aumento da desigualdade e do desemprego. Nesse cenário a aproximação de um parceiro comercial internacional como Portugal era mais que necessária. Paradoxalmente essa mesma realidade de tensão política, social e econômica corroborou para um crescente sentimento nacionalista nativista muito comum em tais contextos. Por isso, saiu-se em busca de responsáveis pelos males do país e nomearam como bodes expiatórios os lusitanos, que tiveram naquela época o maior crescimento exponencial da imigração das últimas duas décadas, principalmente, para a Capital Federal.¹⁰ Para os adeptos de um nacionalismo nativista cada vez mais crescente, havia uma verdadeira "invasão portuguesa" que parecia ameaçar os trabalhadores do Rio de Janeiro, frente à competitividade instaurada no mercado de trabalho, por isso acreditavam que deveriam

lutar pelo lema: "Brasil para os brasileiros".¹¹

Assim, estava completa a equação; nacionalismo, crise econômica, intensa imigração e busca de bodes expiatórios, momento em que o antilusitanismo ganhou mais força na Capital Federal e a Revista *Gil Blas* foi a principal interlocutora e órgão agregador de tal posicionamento.

O centenário da Independência e o antilusitanismo na revista *Gil Blas*

A delicada conjuntura econômica, política e social apresentada contribuiu para que os anos 1920 fossem os de maior expressão acerca das posturas antilusitanas em solo brasileiro. Por isso, na pesquisa uma das hipóteses levantadas é que além do descontentamento de parte da sociedade fluminense com o aumento da imigração portuguesa, o antilusitanismo ganhou força na década de 1920, também, devido à política nacionalista oficial de Estado que ganhou contornos ainda mais reais pela simpatia velada do então Presidente da República, Epitácio Pessoa e de seu governo (1919-1922) pela causa antilusitana (JESUS, 2013, p. 65-114). Ele recebia apoio de seu programa político nas páginas de *Gil Blas* e era próximo aos nomes ligados ao semanário como ao do Diretor Alcebiades Delamare, Álvaro Bomilcar e Afonso Celso, quem inclusive o inseriu no IHGB em 1901. Tal situação indica que *Gil Blas* se consubstanciava não como apenas defensora intransigente de Epitácio Pessoa, mas também como uma espécie de porta voz oficiosa de suas iniciativas pautadas por um governo de tom nacionalista antilusitano.¹²

No seu número 34, de 3 de outubro de 1919, *Gil Blas* circulou com uma discreta mudança no seu subtítulo se autodenominando "Panfleto Nacionalista", o que por certo não se tratava de mera formalidade. No número anterior, informava-se que a revista havia se tornado "órgão de

⁹ Os outros dois tratados "não foram publicados e não chegaram a vigorar. Um quarto tratado, de caráter comercial-tarifário, apesar de permanecer vários anos na pauta de conversações, não foi concluído na ocasião. A afirmação de um relacionamento diplomático privilegiado Brasil-Portugal resultava, assim, em escassa eficácia, tanto no sentido jurídico de regulamentação interna dos acordos, como no plano gerador de efeitos sociais" (MENDES, 2010, p. 192).

¹⁰ Segundo Lena Menezes Medeiros (1996, p. 71) "na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República, os quantitativos relativos aos portugueses mantiveram-se acima de 70% do conjunto total da população estrangeira registrada nos censos relativos à capital".

¹¹ MANDAMENTOS dos patriotas brasileiros. *Gil Blas*, n. 34, p. 6, 2 out. 1919.

¹² Conferir o artigo: A Greve na Central. *Gil Blas*, n. 22, p.10, 10 jul., 1919.

divulgação" de um movimento nacionalista, denominado *Propaganda Nativista* (PN).¹³ Segundo Lucia Lippi Oliveira (1990, p. 150) a PN, "pretendia, entre outros pontos, despertar a solidariedade entre as nações americanas, defender o mercado de trabalho para os brasileiros e regulamentar a imigração, que deveria ser dirigida apenas para os serviços da lavoura". No entanto, Sandra Deutsch (2009, p. 116), teve uma visão mais crítica e apontou o caráter antilusitano do movimento, afirmando que a "PN se caracterizava pelo seu discurso lusófono".

O movimento foi fundado em 21 de abril de 1919 por Álvaro Bomilcar e localizava-se na Rua General Câmara, n. 256, Rio de Janeiro, juntamente com o *Grêmio Floriano Peixoto*. Na ata de sua fundação que foi reproduzida em *Gil Blas* número 33 de 25 de setembro de 1919, ficava clara sua tendência antilusitana, pois propunha-se:

[...] livrar o Brasil do "parasitismo português", nacionalizando o comércio e a imprensa. O movimento fundou-se sob evocação do glorioso Marechal Floriano Peixoto, o primeiro estadista brasileiro que viu [...] o perigo da infiltração do elemento português [...] que nos humilha com sua coesão, a sua imprensa e as suas riquezas.¹⁴

Tais pontos refletiram os posicionamentos expressos pelo presidente da PN Álvaro Bomilcar em suas obras. Em *Preconceito de Raça no Brasil* (1916, p. 12), ele atribuiu a responsabilidade do atraso econômico do país aos portugueses, sobretudo, aos da Capital Federal, cidade que segundo ele teria "grande número de lusitanos, infiltrados no meio social, político e econômico brasileiro". Posição semelhante foi expressa em *Política no Brasil ou nacionalismo Radical* (1920, p. 168-175), obra na qual atribuiu o atraso político e econômico brasileiro à herança do colonizador, responsável "direto pela devastação de nossas terras, exploração do negro, do índio e, depois, dos mestiços", o que teria levado o país ao caos social, com repercussão nas esferas econômicas

e políticas.

Em ambas as obras, suas alternativas para "salvar o país" resumiam-se às propostas de adoção de uma política nacionalista nativista e ao "combate ao elemento português". Esse era o ponto principal de seu discurso que foi reproduzido em *Gil Blas*. Assim, pode-se dizer que Bomilcar, um dos mais assíduos colaboradores da revista, juntamente com Alcebiades Delamare, diretor da revista, apoiava abertamente a lusofobia, pois para ambos a imprensa, a economia e a cultura brasileiras, eram "controladas por estrangeiros especificamente, pelos portugueses".¹⁵ A adesão e a divulgação do programa da *Propaganda Nativista* simboliza uma guinada de *Gil Blas* em direção ao que podemos definir de "nacionalismo antilusitano", ou seja, um rol de propostas nativistas associadas a um posicionamento lusófono.

Foi em fins de julho de 1919 que tal posicionamento ficou ainda mais evidente quando a revista divulgou uma campanha nacionalista que se estendeu por vários meses e que foi apresentada como "uma obrigação do povo brasileiro".¹⁶ A campanha consistia em um rol de artigos de tons lusófobos, nos quais se exigia a nacionalização da indústria, comércio, imprensa, língua falada e escrita e do teatro, por isso reivindicava-se uma lei de nacionalização que coibisse o monopólio de setores da economia brasileira por capitais estrangeiros, principalmente portugueses.¹⁷ É interessante notar que, diferentemente do que se afirmava na revista, a partir dos anos 1920, o predomínio do capital estrangeiro na economia brasileira esteve longe de ser português, de fato, passou das mãos dos ingleses para a dos norte-americanos (RODRIGUES, 1997, p.21). Segundo Eulália Lobo (1997, p. 32), essa participação do capital português era restrita ao comércio e ao pequeno parque industrial do Rio de Janeiro. O que demonstra que o intuito da publicação era manipular informações com fim de macular a

¹³ Propaganda Nativista. *Gil Blas*, n. 33, p.9, 25 set. 1919.

¹⁴ PROPAGANDA Nativista. *Gil Blas*, n. 33, p. 9, 25 set.1919.

¹⁵ BOMILCAR, Álvaro. Verdades mal conhecidas. *Gil Blas*, n. 23, p. 2, 17 jul.1919; A IMPRENSA "brasileira" no Rio de Janeiro. *Gil Blas*, n. 25, p. 3, 31 jul. 1919. DELAMARE, Alcebiades. Ainda Confederação. *Gil Blas*, n. 46, p. 2, 23 dez. 1919.

¹⁶ As nossas campanhas. *Gil Blas*, n. 24, p. 1, 24 jul. 1919; A QUESTÃO nacionalista - A minha profissão de fé. *Gil Blas*, n. 36, p. 2, 16 out. 1919.

¹⁷ Ver, PANDEMÔNIO da Light. *Gil Blas*, n. 6, p. 9, 20 mar.1919; PREPOTÊNCIAS da Light. *Gil Blas*, n. 5, p. 7, 13 mar.1919.

imagem dos imigrantes portugueses.¹⁸

O argumento, na maioria das vezes, era que os portugueses tinham o controle da imprensa, dos aluguéis e do comércio.¹⁹ Não se mencionavam outras etnias também presentes em atividades econômicas da cidade do Rio de Janeiro, tampouco era diversa a cantilena quando se tratava da imprensa.²⁰

O Elemento português é o senhor absoluto da imprensa e do comércio [...]. O capitalismo português, por meio do suborno, influi poderosamente no Congresso brasileiro. Por outras palavras. O lusitano, nosso inimigo secular, está de posse do cérebro, do estomago e do coração do país!!! O lusitano está de posse das forças vitais do Brasil !!!²¹

Assim, a presença maciça de portugueses em parte da economia da então Capital Federal era generalizada para setores diversos da economia e para o resto do país, assumindo outros sentidos e alimentando sentimentos de antilusitanismo. É importante notar que essas iniciativas que figuravam na campanha nacionalista de *Gil Blas*, como o caso da nacionalização do comércio, do teatro e da mudança da Capital Federal estavam em consonância com discussões políticas e parlamentares então em curso naquele momento.²² Outras como a nacionalização da imprensa, e o traslado dos restos mortais do Imperador Pedro II transformaram-se em projetos de leis, referendados por decretos do Executivo, ao longo da administração federal de Epitácio Pessoa.²³ Por isso, nas páginas da revista, chegou-se mesmo

a creditar tais medidas às lutas travadas pelas páginas do semanário, sob o argumento de que "era resultado do sucesso e da credibilidade das iniciativas nacionalistas feitas em *Gil Blas*".²⁴ De acordo com filha e biógrafa de Epitácio Pessoa, Laurita Gabaglia Raja Pessoa (1951, p. 649) tal situação fez com que militantes nacionalistas antilusitanos, entre eles Delamare, se aproximassem de Epitácio:

Não tardaram os militantes nacionalistas em acercar-se do Presidente Epitácio e apoiar-lhe o governo, uns mais restrita, outros incondicionalmente. À testa desses, encontrava-se Alcebiades Delamare. Espírito ardente e generoso, capaz de entusiasmos cavalheirescos como de irredutíveis intrasigências, Delamare vira no Presidente de então o chefe de Estado de seus sonhos, justamente pelo sentido moral e de consciência que Epitácio dava a governar. Penso que na admiração sem limites e toda desinteressada que lhe votou desde a presidência, já havia o germe da amizade profunda que o uniu mais tarde a Epitácio Pessoa, mau grado a diversidade de crenças, de idade e de temperamento – amizade que Delamare soube alimentar com admirável fidelidade, até a morte do ex-Presidente e, depois dela, pelo culto à sua memória. Aproximaram-se, pois, de Epitácio Pessoa, os nacionalistas e fizeram-se os defensores mais calorosos de sua política e administração.

A afinidade de propostas entre Delamare e o Governo de Epitácio Pessoa facilitou tal aproximação, mas, diferentemente do que afirma sua filha e biógrafa, essa justaposição ocorreu por algo além de um sentimento nacionalista genérico. Na verdade, o elo de ligação naquele momento

¹⁸ O ataque à internacionalização da indústria passava pela crítica ao Centro de Fiação e Tecelagem, associação de donos de indústrias têxteis localizada no Rio de Janeiro, controlada por Lourival Fontes que, segundo a revista, seria o representante dos interesses lusitanos na indústria brasileira. Conferir a série: "As manobras do Sr. Lourival Fontes", publicada em na *Gil Blas*, n. 29, p. 4, 28 ago. 1919; *Gil Blas*, n. 30, p. 6, 4 set. 1919; *Gil Blas*, n. 31, p.1, 11 set. 1919; n. 32, p. 7, 18 set. 1919; *Gil Blas*, n. 33, p.5, 25 set. 1919; *Gil Blas*, n. 34, p. 5, 2 out. 1919. Publicou-se, também, a lista de casas de comércio portuguesas no Rio de Janeiro nas quais "o verdadeiro cidadão brasileiro não deveria comprar". CADASTRO comercial brasileiro. *Gil Blas*, n. 37, p. 5, 23 out. 1919. A Nacionalização do Comércio. *Gil Blas*, n. 35, p. 2-4, 9 out. 1919; A NACIONALIZAÇÃO do comércio através do prisma de um sociólogo consumado. *Gil Blas*, n. 36, p. 3, 16 out. 1919.

¹⁹ A NACIONALIZAÇÃO do Comércio. *Gil Blas*, n. 35, p.2-4, 9 out. 1919.

²⁰ OS VERDADEIROS "indesejáveis". *Gil Blas*, n. 36, p. 13, 16 out. 1919; SUPREMO Ultraje. *Gil Blas*, n. 37, p. 4, 23 out. 1919. O CASTIGO de um indesejável. *Gil Blas*, n. 38, p. 3, 30 out. 1919.

²¹ SUPREMO Ultraje. *Gil Blas*, n. 37, p. 4, 23 out. 1919.

²² Sobre o projeto de mudança da capital federal apresentado pelo Senador Justo Chermont conferir a série Mudança da Capital publicada em, *Gil Blas*, n. 43, p. 13, 4 dez. 1919; e *Gil Blas*, n. 46, p. 8, 23 dez. 1919. Em relação ao projeto de lei apresentado pelo Deputado Camillo Prates, sobre a nacionalização do comércio conferir a série Nacionalização do comércio publicada em, *Gil Blas*, n. 36, p. 11, 16 out. 1919; e *Gil Blas*, n. 37, p. 11, 23 out. 1919. Já sobre o projeto de nacionalização do teatro apresentado pelo Deputado Maurício de Lacerda conferir: Nacionalização do nosso teatro. *Gil Blas*, n. 36, p. 6, 16 out. 1919.

²³ Conferir (PESSOA, 1951, p. 617-656). Sobre a campanha de traslado dos restos mortais de Pedro II, conferir a série Trasladação dos restos mortais de Pedro II, publicada em: *Gil Blas*, n. 22, p. 5, 10 jul. 1919; *Gil Blas*, n. 23, p. 5, 17 jul. 1919; *Gil Blas*, n. 25, 31 jul. 1919; *Gil Blas*, n. 31, p. 1, 11 set. 1919.

²⁴ No artigo "Nacionalização do Comércio", comentou-se que as campanhas nacionalistas defendidas por *Gil Blas*, como nacionalização do comércio e as propostas contidas na *Propaganda Nativista*, tiveram uma grande repercussão, esgotando os três últimos números da revista. Nacionalização do Comércio. *Gil Blas*, n. 37, p.11, 23 out. 1919.

já era o compartilhamento do nacionalismo antilusitano. Além disso, por certo, após sua eleição o Presidente tinha interesse em contar com apoio de uma revista que divulgasse seu governo, sua imagem e para combater os órgãos da imprensa que lhe faziam oposição,²⁵ e, por outro lado, os responsáveis pela publicação anteviam a oportunidade de contar com o poderoso apoio do Governo Federal para implementar suas propostas que julgavam em sintonia com aquelas advindas do poder. Situação que foi confirmada pela própria Laurita Pessoa (1951, p.649-650) que afirmou que seu pai "[...] apoiou com calor o movimento [capitaneado por Delamare], a ponto de ser cognominado presidente nacionalista [...]."

Assim, é possível afirmar que essa relação com o Presidente da República era requerida não só para sobrevivência da revista, mas principalmente para legitimar seu principal propósito, a divulgação de um discurso nacionalista antilusitano. No entanto, é preciso frisar, também, que, ao cruzar a análise crítica da revista com a produção bibliográfica e a biografia dos principais nomes de *Gil Blas*, constatou-se que tal posicionamento nacionalista antilusitano não foi uma decisão de momento, a fim de agradar as hostes do poder. Na verdade, o grupo da revista aproveitou o ambiente político, econômico, social e cultural favorável para difundir uma proposta defendida por eles há anos, mesmo antes da eleição de Epitácio Pessoa.

Com isso, pode-se definir que o discurso nacionalista presente na revista *Gil Blas* era condizente com os questionamentos do seu tempo, baseado em uma linha nativista que procurava encontrar as particularidades do povo, da geografia, da língua e da economia brasileira, a fim de forjar uma ideia de nação. Nesse contexto o antilusitanismo complementou tal proposta, que naquela situação estava estritamente ligada a um constante olhar ao passado, narrativa fortemente

retomada devido às comemorações do centenário da Independência, que reencontrava a ideia do "espectro da dominação portuguesa, com fortes raízes na realidade da longa exploração colonial de três séculos".²⁶

Além disso, a reação a um suposto predomínio econômico português exemplifica bem o discurso de boa parte da intelectualidade dos anos 1920, que deixava claro que a "origem de nossos problemas estaria nas raízes culturais, ou seja, no elemento português, retrógrado e atrasado. A muitos ocorria que era hora de afastar das letras a influência portuguesa (MOTTA, 1992, p. 22). Nesse sentido, por exemplo, a tentativa de "sistematizar a fala brasileira numa língua própria, o desejo de tornar válida a dicção nacional", foi um dos poucos pontos que aproximavam os adeptos do nativismo do modernismo brasileiro (MOTTA, 1992, p. 22-23).

Nesse sentido, no auspício do Centenário da Independência, enquanto os modernistas paulistas criticavam o Rio de Janeiro por não ser mais o berço da cultura brasileira, devido ao seu atraso e conservadorismo, a crítica que permeava *Gil Blas* ia, exatamente, em sentido contrário, a Capital Federal era vista como antiquada e decadente, justamente, por sua característica internacional e cosmopolita, centro agregador de culturas externas, o que para os nacionalistas antilusitanos dificultava a construção de uma identidade para a nação. Algo relevante para aquele momento histórico, pós-Primeira Guerra Mundial, marcado pelos nacionalismos imperialistas e pelas disputas entre as grandes potências europeias. Por isso, nos meios intelectuais brasileiros difundiam-se discursos com referências simbólicas a fim de atribuir um caráter singular e unitário à nação, algo que acreditavam que poderia ser prejudicado por elementos externos como, por exemplo, os portugueses e seus supostos interesses desagregadores, fruto de

²⁵ A oposição a Epitácio Pessoa teve duas vertentes, uma política e outra jornalística. Entre os jornais cariocas que lhe fizeram oposição estavam: *O Correio da Manhã*, *O Imparcial*, *A Gazeta de Notícias*, *O País*, *A Vanguarda*. (Cf. PESSOA, 1951, v. 1, p. 433).

²⁶ Conferir a série de artigos, PAULA, Francisco Coelho de. Fatos e não palavras! Alguns aspectos da colonização portuguesa no Brasil (1521-49), publicados em: *Gil Blas*, n. 118, p. 9, 13 maio. 1921; *Gil Blas*, n. 118, p. 10, 19 maio. 1921; *Gil Blas*, n. 122, p. 9, 9 jun. 1922.

intuitos imperialistas e recolonizadores.²⁷ Desta forma, o discurso perpassava pela proposta de se forjar uma identidade nacional autêntica, se distanciando da cópia do velho mundo, devastado pela Primeira Guerra. Tudo isso, aliado à inspiração das comemorações do Centenário da Independência, fez daquele contexto um momento fértil para reavaliações e questionamentos sobre o passado e o futuro do país.

A celebração de nossa 'data magna' não poderia passar em branco, e a antecedência com que foi pensada permite perceber a mobilização dessa parcela da sociedade dotada de meios poderosos de difusão de ideias-jornalistas, ensaístas, literatos e intelectuais de várias correntes de pensamento, em numerosos artigos para jornais e revistas, deixam claro que a comemoração do centenário da independência deveria constituir-se num importante momento de reflexão e debate sobre o Brasil (MOTTA, 1992, p. 16).

Tal situação ecoou nos meios intelectuais e marcou "uma fase de reafirmação dos sentimentos cívicos", e descortinar "o Brasil para os brasileiros estava na ordem do dia nos círculos beletristas" (GUIMARÃES, 2007, p. 81). No entanto, tais propostas assumiram formas variáveis, em função dos proponentes, grupos e local de formulação. A pesquisa empírica de toda coleção da revista, nos permite afirmar que *Gil Blas* foi um desses espaços de divulgação de propostas para a nação, o que ocorreu em compasso com o crescimento do sentimento e do discurso antilusitano, que cada vez ganhava mais legitimidade política, especialmente no Rio de Janeiro.

Tal argumento ganha força quando se evidencia que, no ano de 1920, a revista se tornou órgão de divulgação de outro recém-criado movimento nativista: *Ação Social Nacionalista* (ASN), idealizado e fundado por Delamare, em 13 de fevereiro de 1920, data que marcou a comemoração do primeiro ano de circulação de *Gil Blas*. No exemplar comemorativo Delamare convidou os leitores dotados de "sentimento patriótico" a se apresentassem no salão de honra do Instituto

Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), às 5 horas da tarde, a fim de reunir os vários movimentos nacionalistas:

Pelo seu criterioso estudo, pela sua grande elevação de vistas, a "Ação Social Nacionalista" está destinada a nortear superiormente a solução de todos os problemas nacionais, junto ao povo e aos poderes constituídos da Nação [...] procurará confederar o maior número de sociedades patrióticas e cívicas, graças ao denodo e ao patriotismo de dois valorosos e ímpolutos nacionalistas Srs. Conde de Afonso Celso e Dr. Álvaro Bomilcar. *Gil Blas*, principal pioneiro da patriótica ideia, espera a franca e valorosa adesão de todos os concidadãos de boa vontade.²⁸

Nesse mesmo programa observa-se a repetição de discursos da PN, como por exemplo, "**combater** todos os processos de colonização que concorram para a concentração dos estrangeiros; **combater** a imigração parasitária portuguesa e daqueles que se vem fixar nas cidades populosas e no litoral, causa principal da carístia da vida [...] (DELAMARE, 1926, p. 191-194, grifo nosso). A repetição do termo combate, corrobora com a avaliação de que a instituição nasceu com o propósito de militância e engajamento, que se resumiam em propor uma intensa campanha de nacionalização antilusitana-xenófoba do país, nem que fosse por meio da violência.²⁹

É digno de nota que o idealizador do movimento não ocupou cargos de direção, preenchidos por políticos e intelectuais influentes, critério utilizado também para escolha do chefe, Afonso Celso. É bastante provável que o intuito de colocar na linha de frente nomes importantes do cenário político e intelectual brasileiro, visasse dotar o movimento de credibilidade e legitimidade e, não por acaso, Epitácio Pessoa foi escolhido como Presidente de Honra, mais um indício que a causa, também, contava com a simpatia do Governo Federal e de vários dirigentes daquele momento. Não é para menos que, por meio do Decreto Federal 4.191, de 18 de novembro de 1920, foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente

²⁷ PAULA, Francisco Coelho de. Fatos e não palavras! Alguns aspectos da colonização portuguesa no Brasil. (1521-49). *Gil Blas*, n. 118, p. 9, 13 maio. 1921.

²⁸ DELAMARE, Alcebiades. *Gil Blas*, n.53, p. 5, 13 fev.1920.

²⁹ DELAMARE, Alcebiades. *Gil Blas*, n. 53, p. 5, 13 fev.1920.

da República a menção de utilidade pública à *Ação Social Nacionalista*.

De acordo com análise crítica dos artigos ligados à ASN, pode-se enxergar que a proposta do grupo responsável pelo movimento e pela revista era desenvolver seus objetivos com vistas a chegar ao Centenário da Independência com o país "mais brasileiro e menos português".³⁰ Assim, de acordo com tal análise pode-se dizer que a efeméride era vista como momento propício de ruptura de uma suposta ordem pré-estabelecida desde a colonização, que para eles não tinha sido completada com a Independência em 1822. Ainda, ficou evidente que tal narrativa tentava passar a mensagem de que "depois de cem anos tinha chegado a hora de acontecer a grande mudança", que podemos concluir que significava: "tornar o Brasil realmente independente"³¹, no entanto, para isso, era necessário sair do plano do discurso e colocar em prática as propostas nacionalistas antilusitanas divulgadas na revista.³²

Diante de tais evidências é possível levantar a hipóteses que foi, de acordo com tal planejamento, em abril de 1921, que Delamare foi nomeado por Epitácio Pessoa para o cargo de fiscal de bancos. O cargo foi criado por Decreto 14.728, de 16 de março de 1921, legislação que, além disso, determinou que metade dos trabalhadores de bancos deveriam ser brasileiros, além de estabelecer regulamento de fiscalização das atividades bancárias, com restrições para os fundos enviados ao exterior ou títulos de créditos destinados às exportações (JESUS, 2013, p. 165). A medida foi aplaudida pelos nacionalistas antilusitanos de *Gil Blas*, que criticavam os imigrantes que supostamente enviavam seus lucros para o país de origem, dentre eles "principalmente

e, em maior número, os portugueses".³³ Assim, cada vez mais notou-se que os interesses do grupo da revista e as políticas do Governo Federal convergiam em propostas colocadas em prática por iniciativas oficiais.

Deve-se destacar que acontecimentos marcantes da História brasileira fizeram de 1922 um ano emblemático para o país: a sucessão presidencial, criação do Partido Comunista do Brasil, Estado de Sítio, Revolta do Forte de Copacabana e Semana da Arte Moderna foram alguns dos eventos que marcaram a data, no entanto, nenhum desses acontecimentos impediram que, tanto o grupo da revista, como o Governo Federal, cada vez mais próximos, utilizassem das comemorações para divulgar, de forma oficial, uma postura e prática nacionalista específica, marcada pela apologia ao antilusitanismo.

Pode-se afirmar que tal fato se deu, pois houve toda uma construção para que a efeméride fosse um momento singular não só rememoração, mas também de concretização de mudanças que pudessem romper de uma vez por todas com um suposto projeto colonizador de longa duração que os nacionalistas antilusitanos chamavam de "controle lusitano do Brasil".³⁴

Como já foi lembrado, a comemoração do 7 de setembro de 1922 foi um momento rico em reavaliações e propostas para o futuro do país. A exemplo dos nacionalistas antilusitanos, intelectuais e movimentos de diversas naturezas políticas e ideológicas aproveitaram para sugerir propostas para a nação, assim como, também, reavaliar as condições do país a partir de seu passado.³⁵ Assim, pode-se dizer que a visão crítica a respeito da formação do Brasil foi comum nos meios intelectuais da época, a diferença

³⁰ Idem.

³¹ Esse surto nacionalista foi mencionado por Leôncio Mouzinho, pois acreditava que deveria "aproveitar essa onda nacionalista para sacramentar a independência do Brasil", para isso teria como principal instrumento a ASN. MOUZINHO, Leôncio. Nacionalismo. *Gil Blas*, n. 53, p. 14, 13 fev. 1920.

³² Idem.

³³ INSPETORIA Geral de Bancos. *Gil Blas*, n. 126, p. 1, 7 jul.1921.

³⁴ PAULA, Francisco Coelho de. *Gil Blas*, n. 122, p. 9, 9 jun.1922.

³⁵ Dentre essas propostas pode-se destacar duas: as dos intelectuais ligados da revista *A Escola Primária* (1921), que buscavam orientar professores a se apropriarem "das comemorações do centenário da Independência brasileira para afirmar uma determinada visão da identidade nacional idealizada para o período republicano" (COSTA, 2020, p. 3); e os da *Revista do Brasil*, renomados nomes da intelectualidade brasileira da época salientavam que o momento era propício para resolver a problemática que ressoava na escrita pois as diferenciações entre o português do Brasil e o de Portugal, pois a língua escrita e falada era apresentada naquele momento como uma matéria de forte coesão nacional (LUCA, 1999).

era que o discurso oficial era o abarcado pelo nacionalismo de cunho antilusitano, do grupo de *Gil Blas*. Nesse momento:

[...] a palavra de ordem era 'descobrir' o Brasil, a tarefa primeira seria a busca de suas raízes e de suas origens, quem sabe, lá estariam os segredos dos impasses e das potencialidades com os quais a nação se defrontava para finalmente ingressar nos novos tempos, [...] julgando-se detentora de uma visão abrangente da realidade brasileira, a intelectualidade, de um modo geral, empenhou-se em apontar uma saída para a crise da República. Justamente no ano em que o país deveria celebrar a emancipação da nação, obtida graças à união de todos com o mesmo objetivo [...] (MOTTA, p. 18, 23-24).

Mas, para manter uma imagem diplomática como era de esperar, o Governo Federal, mesmo com o país em Estado de Sítio, celebrou a data com pompa, para tanto organizou no Rio de Janeiro uma Exposição Internacional, investiu em obras que visavam modernizar a Capital e convidou representantes de nações estrangeiras para os festejos, entre eles, o presidente português, Antônio José de Almeida.³⁶

O intrigante é que na Exposição do Centenário, realizada no Rio de Janeiro entre setembro de 1922 e julho de 1923 o intuito era apresentar o brasileiro branco e a imposição forçada de um modelo eurocêntrico, com os indígenas idealizados e europeizados e os africanos excluídos de tais visualizações. No entanto, havia por trás de tal discurso a tentativa forçada de traçar a "apresentação da sociedade brasileira como resultado de um longo processo teleológico para o progresso e a civilização, cuja culminação seria a República federal" (SHUSTER, 2014, p. 2). O intuito era consolidar ou recuperar o regime em crise naquele momento, solidificando a imagem de um país independente e uma República progressista e "civilizada", chave que aproximava esse conceito ao de "europeu", e a Capital Federal de Paris, só que segundo a leitura tropical a cidade luz daria lugar à "cidade maravilhosa".

O que não deixa de ser uma contradição dentro

da concepção antilusitana do Governo Federal, pois a base para tal narrativa estava em apresentar para o mundo o Brasil através de uma imagem moderna ligada a valores externos. Para tanto utilizou-se o argumento de que o país contava com um grande número de imigrantes europeus, que estariam ajudando a transformar a nação em um lugar mais "civilizado", ou de melhores "qualidades raciais" (SHUSTER, 2014, p. 2). Mesmo com tal ambiguidade, a narrativa poderia ganhar alguma coerência com a postura antilusitana oficial se o discurso deixasse os imigrantes portugueses de fora dessa contribuição para um Brasil mais moderno e civilizado. Mas, o que se viu foi justamente ao contrário, o principal pavilhão da exposição, o "das indústrias [...] destinado a ser a sede do futuro Museu Histórico Nacional [...] **foi** concebido pela elite política e cultural como um importante lugar de memória, cujo fim declarado seria a preservação da memória histórica da Colônia e do Império", na concepção do historiador Sven Shuster (2014, p. 9, grifo nosso), uma construção que buscava "a glorificação das 'raças ibéricas', assim como a celebração das suas epopeias históricas". Conclusão semelhante que um leitor incauto poderia ter, também, após ter contato com a saudação que Epitácio dirigiu ao chefe de Estado português, quando "frisou bem sua ideia de unidade moral entre as pátrias, chamando ao Centenário da Independência brasileira, de *uma festa da Raça*" (PESSOA, 1951, p. 649, grifo nosso).

Mesmo sem querer é Laurita Pessoa (1951, p. 650) que esclarece tal contradição quando afirma que, o convite e depois o discurso foram formas de "desfazer qualquer equívoco, conseqüente às dificuldades diplomáticas, suscitadas pela nacionalização da pesca [...]". Na verdade, tais iniciativas tomadas nos festejos deixava cada vez mais claro que naquele momento e espaço, não havia o interesse de expor ao mundo o caráter lusófono das políticas federais. O que pode ser explicado pelo já mencionado interesse

³⁶ "Meses antes da grande data, trabalhava-se em todos os cantos da cidade. Perto do centro, desmontava-se o Morro do Castelo. Com entulho proveniente do desmonte faziam-se os aterros da Glória e da Ponta do Calabouço. Neste o Presidente Epitácio lançaria a pedra fundamental do atual aeroporto do Rio de Janeiro. Naquele, um sucessor de Carlos Sampaio, o prefeito Prado Junior, faria construir esse primor de urbanismo que é a Praça Paris" (PESSOA, 1951, p. 599).

de, naquele momento, estreitar os laços com o Estado Português, pois a política e a economia nacional estavam desgastadas e, em um contexto de disputas internacionais, a aproximação de um parceiro comercial internacional com fortes ligações culturais e políticas com o Brasil, como Portugal, seria mais que necessária, pois:

O momento era de grande efervescência. A Primeira Guerra tornava patente a enorme distância que separava o Brasil dos países industrializados. A condição de nação fraca potencializava o temor, sempre latente, de que o país não seria capaz de manter sua independência e unidade diante da pressão das potências imperialistas. Apesar das incertezas quanto ao desfecho do conflito, não restavam dúvidas de que uma nova ordem mundial estava sendo forjada e nela o lugar que nos estava reservado não parecia dos mais promissores (LUCA, 1999, p. 40).

Em outro sentido, em *Gil Blas* as comemorações constituíram-se em uma oportunidade para reafirmar algumas diretrizes e defender uma versão da História brasileira, em consonância com certas posturas nacionalistas antilusitanas. Assim, aproveitou-se o momento para salientar as diferenças entre portugueses e brasileiros ao longo da História.

Mario Deval exaltou a Exposição Internacional e considerou que "este Centenário será importante para se conhecer o Brasil e seus problemas", pois o governo "está fazendo de tudo para repará-los", razão pela qual acreditava que o espaço seria, "importante para que se enxerguem o lado positivo do Brasil, mas também sua situação, já que ainda é explorado pelos açambarcadores portugueses de aqui de dentro do nosso país".³⁷

A data suscitou questionamentos a respeito da Independência do Brasil, principalmente, em relação à economia estrangeira. Para Leôncio Mouzinho e Camillo Prates, no século XIX deu-se somente a independência política, sendo que "a

independência econômica era o verdadeiro objetivo para o Centenário".³⁸ Álvaro Bomilcar afirmava que, ao invés de se comemorar o Centenário da Independência, o ano deveria ser utilizado para refletir sobre os séculos de dependência econômica do Brasil: "Vamos comemorar o 1° Centenário da nossa Independência Política, mas o 4° Centenário de nossa Dependência Econômica. Essas festas, que se anunciam, ricas de pompa e esplendor, deveriam ser custeadas exclusivamente pela colônia portuguesa, senhora absoluta da imprensa e do comércio no Brasil [...]".³⁹

A data de 7 de setembro não foi poupada, afirmando-se que a data representava apenas uma fase do processo da independência política, que "aconteceu de fato com a expulsão dos portugueses da Bahia em 2 de julho de 1823" e "com a abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831", quando o país teria ficado "livre do jugo do monarca lusitano".⁴⁰ Com isso, Pedro I não era visto como herói, pelo contrário, o posicionamento do grupo estava em consonância com a imagem descrita por Victrúvio Marcondes em um artigo da revista, como: "anfíbio e dúbio D. Pedro I, que ficou sendo português, por português o era em tudo". Afirmava, ainda, que a Independência tinha sido um ato de traição do futuro dirigente do Brasil: "traição, de reunir o Brasil e seu velho detentor num só cetro, tudo isso colocou o príncipe em terreno antagônico aos nossos ideais redentores".⁴¹ Por isso, elegia-se o nome de Tiradentes para ser lembrado nessas comemorações, por ser o "verdadeiro idealizador da Independência do Brasil".⁴²

Naquele momento a disputa entre Tiradentes e Pedro I atravessava o discurso antilusitano, advindo das tensões entre Republicanos e Monarquistas que marcaram os anos iniciais da República. Além de nascer de um posicionamento

³⁷ DEVAL, Mario. Momento Histórico. *Gil Blas*, n. 165, p. 9, 7 abr.1922.

³⁸ Segundo Camillo Prates, "A Independência política não é um fim é um meio [...] para ter a mais ampla e mais completa autonomia econômica, ela é a única que pode fazer forte as nações". PRATES, Camillo. Nacionalismo. *Gil Blas*, n. 187, p. 22, 22 set.1922. Leôncio Mouzinho, afirmava que Nacionalismo que professamos é a organização e a propaganda da defesa nacional, colimando, principalmente, a Independência Econômica e Financeira do Brasil, como complemento da Independência Política. MOUZINHO, Leôncio. Profissão de Fé Nacional. *Gil Blas*, n. 187, p. 34, 22 set. 1922.

³⁹ BOMILCAR, Álvaro. *O Brasil e o Egito*. *Gil Blas*, n. 174, capa, 9 jun. 1922.

⁴⁰ Conferir: O DOIS de julho. *Gil Blas*, n. 158, p. 3, 17 fev.1922; e A BAHIA heroica. *Gil Blas*, n. 162, p. 10, 17 mar.1922.

⁴¹ MARCONDES, Victrúvio. O Fico. *Gil Blas*, n. 152, p. 5, 6 jan.1922.

⁴² JUNIOR, Gomide. Tiradentes. *Gil Blas*, n. 165, p. 4, 6 maio 1922; JULGAMENTO de Tiradentes. *Gil Blas*, n. 187, p. 29-30, 22 set.1922.

nacionalista antilusitano esta crítica a Pedro I também foi apontada por Marly Motta (1992, p. 14-16) como uma saída republicana para: "[...] moldar a comemoração do 7 de setembro aos 'novos tempos'", e a escolha da abdicação de Pedro I, ao invés do 7 de setembro como data fundadora da nacionalidade, foi um discurso apresentado logo após a proclamação da República, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 1890, no Congresso Constituinte, a fim de legitimar o recém criado regime e o repúdio ao monarquismo: "Qual seria, pois, a data fundadora da nacionalidade brasileira? O 7 de setembro, o marco da ruptura com Portugal, mas de continuidade com a Monarquia, ou o 7 de abril, considerado a primeira experiência republicana do Brasil?" (MOTTA, 1992, p. 14).

Essas memórias específicas expunham as posições dos diversos grupos na recém proclamada República em torno do 7 de setembro, construindo cada qual sua versão dos fatos. As comemorações remetiam a tais discussões históricas e insistia-se que, desde a época colonial, havia:

[...] duas correntes de interesses; uma representada pelos filhos natos que só visavam o objetivo político, que era a independência, com governo de instituições livres; outra por aqueles que somente tinham como ponto de mira os interesses materiais da metrópolis portuguesa e seus próprios.⁴³

Notou-se em mais de um artigo que a narrativa historiográfica difundida na revista se baseava na leitura de que o combate contra os portugueses, que naquele momento supostamente ainda exploravam o Brasil era herança de uma iniciativa dos tempos coloniais o que denota mais uma vez o anacronismo de tais análises historiográficas, já que como foi levantado aqui, dificilmente, nos tempos coloniais existia a ideia de uma nação brasileira. Mesmo quando se fazia uma leitura do Brasil pós-Independência contrapunha-se, de um lado, o *Partido Brasileiro*, que lutava pela

emancipação e por um país mais justo, e, de outro, o *Partido Português* ou *Caramuru*, defensor da subordinação do Brasil. Tal contenta era utilizada, sem qualquer mediação, para justificar a postura nacionalista antilusitana de *Gil Blas*.

Em um artigo, Arthur Gaspar Vianna foi ainda mais longe com sua perspectiva historiográfica anacrônica, afirmando que a crítica ao "português explorador" percorreu longo caminho histórico, vindo a ser precedida pelo *Partido Brasileiro*, que já na época colonial queria a expulsão de comerciantes portugueses; pelos manifestantes nativistas, que lutaram pela abdicação de Pedro I; pelos exaltados do *Partido Liberal*, que na época regencial também se bateram pela expulsão dos portugueses; pelos ativistas radicais do movimento Republicano de 1870 e, finalmente, pelo "grande mártir", Floriano Peixoto, apresentado como o primeiro governante do Brasil a "ter a coragem de romper diplomaticamente com Portugal", por este país ter concedido asilo político a Saldanha da Gama e outros participantes da Revolta da Armada. Da mesma forma, para Vianna, "os inimigos do nacionalismo de *Gil Blas*", ou seja, os portugueses, seguiram um percurso inverso: o *Partido Português*, no Brasil colonial; o *Partido Caramuru* na Regência; o *Partido Conservador*, no II Império; "os conservadores combatidos por Floriano" e naquele momento, às vésperas do Centenário da Independência os adeptos da *Confederação Luso-Brasileira* que viviam no Brasil.⁴⁴

Além disso, aos portugueses adicionavam-se outros inimigos da nação como, "o elemento judeu-maçônico-português".⁴⁵ Ao juntar em um só discurso o antilusitanismo e o antisemitismo pretendia-se evidenciar que "os brasileiros-católicos buscaram, desde as épocas coloniais, o fim da exploração econômica de seu país, feita, principalmente, pelos elementos judeu-maçônico-português", por isso "deviam ser combatidos, para que, assim, a Independência brasileira re-

⁴³ ACCYOLI, Taciano. República e Nação. *Gil Blas*, n. 160, p. 8, 3 mar.1922.

⁴⁴ VIANNA, Arthur Gaspar Vianna. *Gil Blas*, n. 160, p. 7, 3 mar, 1922. Astrigildo Azevedo afirmava que a ideia de uma Confederação Luso-brasileira "nada mais é que um plano de um invisível Partido Caramuru que, ainda, existe no Brasil [...] que visa a hegemonia portuguesa e não querendo perder o seu domínio colonial no Brasil apela para o sentimentalismo fatídico dos brasileiros e propõe-lhes abertamente essa absurda e nefasta camaradagem oficial: a Confederação Luso-Brasileira, com a qual teria Portugal tudo a lucrar e o Brasil tudo a perder!" AZEVEDO, Astrigildo. Confederação Luso-Brasileira? *Gil Blas*, n. 153, p. 6, 13 jan. 1922.

⁴⁵ ACCYOLI, Taciano. República e Nação. *Gil Blas*, n. 160, p. 8, 3 mar.1922.

almente se concretizasse no seu Centenário".⁴⁶ Dentro dessa chave de leitura a efeméride seria o ápice da glória dos nacionalistas antilusitanos, pois a partir daquele momento acreditavam que iriam começar a conseguir livrar a nação do suposto controle português

Com a análise crítica de tais artigos apresentados nas páginas de *Gil Blas*, pode-se afirmar, também, que tal narrativa retilinea a respeito do passado brasileiro não passava de uma tentativa de reordenação dos acontecimentos históricos a partir dos interesses da revista. Essa suposta leitura historiográfica que o grupo tentava emplacar, na verdade, era uma tentativa de investir em uma espécie de genealogia histórica a fim de legitimar uma memória que desse suporte às bases do nacionalismo antilusitano. Não por acaso, o grupo envolvido na revista se apresentava como "defensores da verdadeira herança histórica e avessos à contribuição portuguesa".⁴⁷ Não foi mera coincidência, também, que essa proposta ganhou força no ano de 1922, momento rico em apropriações de lembranças e símbolos construídos fartamente utilizados por grupos como ao de *Gil Blas* a fim de intervir na construção de uma identidade para nação (CARVALHO, 1990, 1996; OLIVEIRA, 1989).

Na verdade, em todo país a data comemorativa se apresentou como uma verdadeira arena de disputas acerca da legitimação de discursos e símbolos. Melhor para aqueles que tinham o apoio dos grupos que estavam no poder, pois tal aproximação contribuiu para que suas ideias, principalmente a adesão de uma de um projeto nacionalista antilusitano, ganhasse maior legitimidade, o que concorreu para que perpetuassem seu discurso de forma longa e mais concreta.

Assim, não é difícil afirmar que os intelectuais nacionalistas antilusitanos do Rio de Janeiro, agregados pela revista *Gil Blas* e que tiveram o apoio do Governo Federal largaram na frente de outros grupos que se propunham a achar soluções para os males da nação e, por isso, conseguiram perpetuar alguns de seus valores

lusóforos, a partir de lembranças, símbolos e discursos construídos que foram reverberados em outros momentos.

Considerações finais

A partir evidências apresentadas é possível considerar que, em 1919, já no seu primeiro ano de circulação, *Gil Blas* se consolidou como o principal "espaço" de difusão do antilusitanismo no Brasil. Para tanto, foi essencial o entendimento metodológico utilizado na pesquisa de que revistas podem ser vistas como espaços de fermentação cultural e de agregação em torno dos quais há compartilhamentos de posturas políticas, ideológicas e/ou culturais, ou seja, se consubstanciam como "lugares de sociabilidade" e divulgação de uma cultura política (SIRINELLI, 1996, p. 248-250; BERSTEIN, 1998, p. 362-363; GOMES, 1999, p. 20). O que esclarece a relevância de seu estudo para se entender as iniciativas lusóforas no Brasil e a dinâmica de um conjunto de intelectuais ainda pouco analisado em pesquisas acadêmicas, que compartilhava o ideal nacionalista antilusitano. Além disso, tal operação também contribuiu para elucidar o fato de que tal discurso lusóforo fez parte da proposta política oficial do Governo Epitácio Pessoa (1919-1922), questão também pouco difundida pela historiografia. A investigação esclareceu que a aproximação das hostes do Governo Federal não passou despercebida e foi utilizada pelos dois lados para divulgar e avaliar tais posturas antilusitanas a fim de naturalizar e normatizar a imagem projetada do elemento português.

A hipótese levantada é que a pouca ênfase dada pela historiografia para essa característica do governo Epitácio Pessoa é que, em algum momento, foi de interesse do próprio Estado ocultar tal postura. O que se deu provavelmente, de forma mais intensa, durante as Comemorações do Centenário da Independência, quando houve o interesse político, econômico e diplomático do Brasil em se aproximar do Estado português e também mostrar-se aberto para o mundo,

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ VIANNA, Arthur Gaspar Vianna. *Gil Blas*, n. 160, p. 7, 3 mar. 1922.

com objetivos de contornar crises diplomáticas, mas também como tentativa de minorar a crise econômica e política pela qual passava o país naquela época.

O estudo da revista também tornou possível afirmar que não é mera coincidência que o auge do movimento antilusitano esteja ligado a dois momentos, Primeiro Reinado (1822-1831) e República Velha (1889-1930), caracterizados pelo interesse/necessidade de buscar um hipotético modelo para a nação. Já a historicização da trajetória do antilusitanismo no Brasil, nos possibilitou a enxergar que seria difícil defini-lo sem o seu encaixe perfeito: o nacionalismo nativista que se expressou de diversas formas entre 1822 e 1930. Por outro lado, também ficou claro que o posicionamento lusóforo no Brasil é repleto de contradições, a principal está simbolizada justamente pela crença ingênua de seus perpetuadores que a construção da identidade nacional poderia ser apartada de uma determinante portuguesa.

Mas tal ambiguidade não impediu que esse movimento, que preferimos definir de "nacionalismo antilusitano", fosse uma ideia que circulou, influenciou e foi influenciada pelas maiores esferas do poder do país na época, denotando, também, a postura de boa parte da intelectualidade no Rio de Janeiro, que buscava na imprensa o meio para divulgar suas propostas. Por isso, é permitido afirmar, ainda, que às vésperas das comemorações do Centenário da Independência, momento de balanço do presente e de releituras do passado, o discurso lusóforo não foi exclusividade dos responsáveis pela revista, mas ali encontrou espaço fértil, a ponto de fazer da publicação o principal órgão divulgador de tal posicionamento e "espaço" agregador de intelectuais que utilizaram o antilusitanismo para propor modelos para nação.

Maior evidência que complementa tal hipótese é que as atividades da revista tiveram grande repercussão, tanto no Brasil como em Portugal. No Rio de Janeiro, em 1920, o embaixador português se pronunciou contra tal semanário, o qual pre-

feriu denominar como de "difusor da Lusofobia" no Brasil.⁴⁸ Já em Portugal, nesse mesmo ano, o jornal *O Povo de Aveiro*, publicado pelo jornalista Francisco Manuel Homem Christo, tratou de responder os ataques de *Gil Blas* com um discurso nacionalista português (JESUS, 2013, p. 133).

Assim é não demais apontar que o nacionalismo antilusitano difundido pela revista auxiliou a estigmatizar uma leitura do passado político brasileiro, pontuada até hoje por um imaginário maniqueísta, que coloca de um lado os exploradores portugueses e de outro os brasileiros, vitimizados e explorados, não se levando em conta que, por mais de trezentos anos, essa dualidade não existiu e só foi criada de acordo com interesses políticos, que atendiam às ambições e posturas de grupos dominantes específicos, às vésperas da emancipação política do Brasil. Anacronismo que a própria historiografia tradicional repete ao transportar tal dualidade ao ensino de História no Brasil, refletido desde o ensino básico por meio dos livros didáticos, padecendo do que o jornalista e cientista político português Carlos Fino (2019, p. 255) definiu como "(in) comunicação e estranhamento" entre Brasil e Portugal.

Os resultados aqui apresentados também possibilitam dar vazão a hipóteses para futuras investigações. Nesse sentido é evidente que a contradição existente entre aproximação e afastamento entre brasileiros e portugueses foi algo intrínseco à construção do nacionalismo antilusitano no Brasil após 1822, o que permite questionar se também, não ajudou a construir a base para futuras leituras xenofóbicas, autoritárias e nacionalistas que ganhariam força para além da Primeira República (1889-1930), pois são grandes as evidências que tais posturas e suas intrínsecas contradições pavimentaram todo um caminho em direção às iniciativas nacionalistas, autoritárias e xenofóbicas que marcariam a história do Brasil a partir de então. Assim, mesmo necessitando de uma investigação mais precisa e aprofundada não é demais afirmar que o debate lusóforo em torno da nação continuou na ordem do dia mesmo

⁴⁸ Ofício n.º 49-A de Duarte Leite, embaixador de Portugal no Brasil, a Xavier da Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; Rio de Janeiro, 07.06.1920; EPRJ, correspondência recebida, 1920-1932, caixa 233, maço, AHD-MNE.

depois do desaparecimento *Gil Blas*, em 1923.

Em 1924, Delamare, juntamente com Nicolau Debané e Álvaro Bomilcar, elaborou o programa da Academia Brasileira de Estudos Econômicos e Sociais (RJ), associação com propósitos nacionalistas, antissemitas e antilusitanos. Entre 1931 e 1932, os mesmos nomes foram responsáveis pelo relançamento de *Braziléa*, dirigida por Álvaro Bomilcar, com colaboração de Afonso Celso e membros da futura Ação Integralista Brasileira (AIB) - Plínio Salgado, Raimundo Padilha, entre outros. Nessa segunda fase, a revista divulgou um programa calcado na necessidade da nacionalização do comércio, da indústria, no combate ao comunismo e às "agitações demagógicas propagadas pela Rússia". Por outro lado, defendeu a aproximação econômica com Estados Unidos, o apresentado como "melhor freguês de nosso produto".⁴⁹ Delamare, por sua vez, ainda teve presença ativa no Integralismo e atuou na ala antissemita, capitaneada por Gustavo Barroso.⁵⁰

Além disso, há sinais de que essas propostas nacionalistas, xenófobas e antilusitanas divulgadas em *Gil Blas* ganharam concretude também na política oficial do Estado Novo (1937-1945), quando os portugueses lideraram as listas de expulsões do período à frente de todas as nacionalidades (MENDES, 2010, p. 251). Por outro lado, mais uma vez a ambiguidade iria marcar as relações entre portugueses e brasileiros, pois naquela época sublinhada pela crise do entreguerras, que recrudesceram nacionalismos e a xenofobia em várias partes do mundo, foi criado o Decreto-Lei nº406/38, legislação vista como uma forma legitimada para aceitar os imigrantes portugueses, mesmo naquele contexto de restrição da presença de estrangeiros no Brasil. Para tanto, foram considerados dois grupos de imigrantes, os supostamente avessos à "composição étnica e social" do país, que estariam enquistados em

algum ponto do território, podendo dificultar a coesão nacional; e outros, como os portugueses que por sua suposta proximidade étnica e cultural poderiam facilitar a homogeneização, pois seriam de mais fácil "assimilação". Tal legislação varguista especificou que em cada núcleo de povoamento seria obrigatório fixar "um mínimo de 30% de brasileiros e o máximo de 25% de cada nacionalidade estrangeira". Na falta de brasileiros, aquele mínimo poderia "ser suprido por estrangeiros, de preferência portugueses" (MENDES, 2010, p. 251-252).

É importante notar que, mais uma vez, o nacionalismo se tornaria peça fundamental na relação entre Brasil e imigrantes portugueses, no entanto, naquele contexto, a flexibilidade do conceito possibilitou que ele flertasse com uma leitura e discurso totalitário, muito semelhante ao que se alastrava pela Europa no final dos anos 1920 e começo dos 1930, ou seja, baseado em uma suposta "raça" que reunia portugueses e brasileiros, localizados geograficamente em lugares diversos, mas que tinham alguns pontos agregadores como: a língua, o passado e a cultura.

Todas essas evidências mencionadas, colhidas a partir da análise crítica dos duzentos exemplares da revista, bibliografia e biografia de seus principais articuladores nos dá condições de afirmar que o nacionalismo antilusitano de *Gil Blas* também pode ter concorrido para as diversas posturas autoritárias nacionalistas e xenófobas que ganharam terreno na década de 1930, balizando o pensamento conservador nacionalista brasileiro a partir de então. No entanto, tais questões devem ser atestadas e alvo de futuras pesquisas e pesquisadores que se interessarem pelo tema.

⁴⁹ NOSSO programa. *Braziléa*: mensário nacionalista, n. 1, p. 1, ago. 1931. A referência ao antilusitanismo ficou restrita aos artigos de Álvaro Bomilcar e aqueles sobre acordo ortográfico entre Brasil e Portugal. O IMPOSSÍVEL. *Braziléa*: mensário nacionalista, n. 1, p. 11-18, ago. 1931; BOMILCAR, Álvaro. A minha sociologia de aplicação. *Braziléa*: mensário nacionalista, n. 4, p. 2-3, nov. 1931; BOMILCAR, Álvaro. Nacionalizemos o comércio a retalho. *Braziléa*: mensário nacionalista, n. 6, p. 12, jan. 1932.

⁵⁰ Na década de 1930, Delamare atuou como advogado e procurador da AIB, além de contribuir com o jornal integralista *Offensiva*, em 1937. Atuou próximo de Gustavo Barroso e, segundo Olbiano Melo (1957, p. 124-125), esteve entre os responsáveis, durante o Estado Novo, pela tentativa de colocar Barroso no Ministério da Educação e Saúde, isso antes de Vargas fechar o movimento capitaneado por Plínio Salgado.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BEIRED, José Luis. *Sob o signo da nova ordem – intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.

BERSTEIN, Sergi. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean.-François.(org.). *Por uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMÍLCAR, Álvaro. *A política no Brasil ou o Nacionalismo radical*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro&Maurillo, 1920.

BOMÍLCAR, Álvaro. *O preconceito de Raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Aurora, 1916

BRAZILEA-REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA NACIONALISTA. Rio de Janeiro. Janeiro de 1917 – Agosto de 1933. 1º fase - Ano I-II– 1917/1918; 2º fase: Ano I-II – 1931/1933.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas*. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000. Lisboa: Instituto Camões e Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2000.

COSTA, Patrícia Coelho da; SOARES, Jefferson da Costa. O centenário da independência brasileira em nossas escolas primárias: narrativas históricas escolares em disputa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, Paraná, v. 20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e130>. Acesso em: 9 abr. 2022.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galanti. *Enciclopédia da Literatura Brasileira*. São Paulo: Global Editora: Fundação Biblioteca Nacional: Academia Brasileira de Letras, 2001.

DELAMARE, A. As Duas bandeiras: catolicismo e brasilidade. Rio de Janeiro: Anuário Brasil/ Centro D. Vital, 1924.

DELAMARE, A. *Línguas de Fogo*. Rio de Janeiro: Typografia Anuário do Brasil, 1926.

DELAMARE, A. *Primeiros ensaios*. São Paulo: Typografia Maré & Caixa D'água, 1909.

DEUTSCH, Sandra Mcgee. *Las Derechas: the extreme right in Argentina, Brazil, and Chile (1890-1939)*. Califórnia. Stanford University Press, 1999.

FINO, Carlos Alberto. *Raízes do estranhamento: a (in) comunicação Portugal-Brasil*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Departamentos de Comunicação das Universidade do Minho e Universidade de Brasília, Brasília (Brasil) e Braga (Portugal), 2019.

GIL BLAS. Rio de Janeiro. Oficina Gráfica *Jornal do Brasil*. 1919-1923. Semanal.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...* Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

HOBSBAWN, Eric J., RANGER, T. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JANNOTTI Maria de Lourdes Monaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2013.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, p. 343-374.

LEITE, Duarte [Correspondencial]. Destinatário: SILVA, Xavier da; Rio de Janeiro, 07jun.06.1920. Carta Ofício n.º 49-A

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos e nos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.) *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-154.

LUCA, Tania Regina de. *Revista do Brasil: um diagnóstico para (n)ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MACHADO, Igor José de Renó. Ressentimentos e estereótipos: ensaio sobre as representações a respeito do português no Brasil (século XIX) *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 125-143, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X0193706>. Acesso em: 12 out. 2021.

MARTIUS, Carl Friedrich Philip Von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de História e Geographia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 389-411, 1845.

MARTINS, Ana Luiza. *Revista em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em tempos de República*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001.

MELO, Olbiano. *A marcha da revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1957.

MELO, Luis Correia de. *Dicionário de autores Paulistas*. São Paulo: Prefeitura Municipal: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

- MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda.: CEPESE, 2010.
- MENEZES, Lena Medeiros. *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Ilustrado*. São Paulo: Edições Saraiva, 1969.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOTTA, Marly Silva. *A nação faz 100 anos – A questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. As Festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.172-189, 1989.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na primeira República*. São Paulo; Brasiliense, 1990.
- PESSOA, Laurita Gabaglia Raja. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1951. 2 v.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. Guerra, Direito e História: reflexões em torno de um discurso sobre as independências da América Ibérica. *Almanack*, v. 1, jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/J8cDmHBjvdP73pjvTb66mMK/?lang=pt#https://doi.org/10.1590/2236-463320110103>. Acesso em: 12 out. 2021.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. 2 v. 550 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e Cidadãos*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. "Cabras" e "Pés de Chumbo": o anti-lusitanismo na cidade do Rio de Janeiro. 1987. 2 v. 250 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1987.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: Os Portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.
- ROCHA, Clara. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920*. São Paulo: Ática, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, p. 121-134, v. 21, n. 1, mar. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702013005000013>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100121&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 abr. 2022.
- SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996. p. 231-270.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TRINDADE, Héliogio. Integralismo. In: ABREU, Alzira Alves et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v. 3, p. 2807-2814.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *Levantamento da Revista Gil Blas*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. mimeo, 1978.
- VIEIRA, Martha Victor. Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 5, n. 10, p. 87-99, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/801/564>. Acesso em: 12 out. 2021.

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Assis, São Paulo, Brasil. Pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX (CEIS-20) da Universidade de Coimbra (UC), em Coimbra, Portugal.

Endereço para correspondência

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus

R. Augusto Filipe Simões 33, 3000-457

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea/3004-530

Coimbra, Portugal

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.